

COLÓQUIO INTERNACIONAL SOBRE AS RELAÇÕES DE COOPERAÇÃO ENTRE CABO VERDE, PORTUGAL E A EUROPA, EM MATÉRIA DE SEGURANÇA

CONCLUSÕES

APRESENTADAS PELA:
DR.^a MARIA DO CÉU MADEIRA,

Permitam-me, antes de dar início à leitura das conclusões deste Colóquio sobre Temas de Defesa e Segurança, expressar o sentir do Curso de Auditores de Defesa Nacional 2003, nesta curta visita a Cabo Verde.

Foi para nós uma honra e um privilégio partilhar convosco preocupações que são comuns aos dois povos com tão fortes laços históricos.

Obrigada por nos terem tão bem acolhido nesta terra de Morabeza.

Com este colóquio em que participaram os Auditores de Defesa Nacional de Portugal e personalidades da vida política, militar e civil cabo-verdiana pretendeu-se reflectir e aprofundar matérias que visam actualização de informações e a sensibilização da sociedade civil cabo-verdiana em relação à temática das grandes questões de defesa e segurança que se colocam no mundo actual.

Como disse S.E. o Sr. Ministro da Defesa, foram também estabelecidos objectivos específicos que estão directamente relacionados com a natureza e o conteúdo do Curso de Auditores de Defesa Nacional e a necessidade sentida em Cabo Verde de se criarem condições para facilitar às forças políticas e à sociedade civil a apropriação dos dados necessários à organização do debate sobre a defesa e segurança nacional, nas condições concretas que a realidade do país nos impõe, quer no plano dos recursos disponíveis quer no plano da sua condição de país-arquipelágico que tem interesses a defender em quase todos os continentes.

Discutiram-se temas ligados ao sistema de informações, ao provimento da ordem pública, à polícia de investigação e, foram ainda abordadas questões relacionadas com as Forças Armadas e de Segurança Nacional nos pequenos estados insulares, com os olhos obviamente postos na experiência cabo-verdiana.

Entendidas como importantes âncoras da política cabo-verdiana de defesa e segurança, a Europa, Portugal e a CPLP foram temas debatidos, ao lado de outros com cariz mais nacional, apresentados por destacados dirigentes dos respectivos sectores como são os casos das relações internacionais e das opções estratégicas de desenvolvimento.

O General Garcia Leandro destacou, na sua intervenção, que o ritmo das mudanças que se estão a operar no sistema internacional, conduz ao desenho de uma nova carta do poder mundial e das suas conseqüentes relações, abrindo novos caminhos que há alguns anos atrás não seriam previsíveis. Segundo ele, essa alteração profunda tem também a ver com a estrutura, organização e objectivos dos Sistemas Colectivos de Segurança e Defesa.

Enumerou alguns factores muito positivos que deverão ser aproveitados por Cabo Verde, país pobre em recursos naturais, para o seu melhor enquadramento nesses sistemas, ao mesmo tempo que apontou como a sua maior vulnerabilidade o controlo da enorme área marítima, de molde a evitar que algumas organizações transnacionais de terrorismo possam instalar uma base nalguma ilha, o que seria muito difícil de impedir com os meios disponíveis, se pensarmos apenas no próprio País.

Referiu-se ainda ao caso de Portugal que, à semelhança do que se passa em todas as latitudes, segue uma política tradicional e coerente, apostando numa integração melhor e mais conseguida em grandes espaços alargados como a União Europeia (política, económica, cultural e de segurança), na NATO (defesa e segurança) e na CPLP (política, histórica, cultural, estratégica e económica).

Sublinhou que nesses processos de mudanças também a NATO, para além da alteração quantitativa, com a aprovação de um novo Conceito Estratégico da Aliança, passou de um Sistema de Defesa Colectivo em que actuaria militarmente depois de ser atacada, para um Sistema de Segurança Colectivo.

Chamou a atenção para o facto do caso da CPLP merecer uma atenção especial, por ser do interesse de todos os seus membros consolidar o emprego da língua portuguesa nos diferentes fora mundiais e, por que se trata de uma organização muito especial que cruza transversalmente os grandes blocos existentes, tais como a UE e a NATO no caso de Portugal, a OEA e o MERCOSUL no caso do Brasil, a União Africana e a CEDEAO no caso da República de Cabo Verde e da Guiné-Bissau, também a União Africana e a SADCC no caso de Angola e Moçambique e ainda o Fórum do Pacífico e a ASEAN no caso de Timor-Leste.

Por outro lado, segundo o General, no caso de Cabo Verde as relações africanas são óbvias e precisam ser reforçadas, a CPLP deve ser aproveitada, o carácter atlântico deverá ser salientado e bem explicado, aparecendo duas hipóteses de ligação a explorar simultaneamente: com a UE e com a Aliança Atlântica (que nada obriga seja apenas do Atlântico Norte).

O Chefe do Estado-Maior das Forças Armadas de Cabo Verde, Coronel Antero de Matos, que se debruçou sobre o tema “Forças Armadas e Segurança Nacional nos pequenos Estados insulares”, iniciou o primeiro painel com uma exposição fazendo referência à ambigüidade existente em Cabo Verde no tocante ao conceito de segurança nacional, ao contrário do conceito de defesa nacional que expressamente a Constituição se encarrega de definir.

Ainda na sua intervenção referiu-se ao binómio segurança e bem-estar como duas realidades dependentes uma da outra, já que sem segurança dificilmente haverá bem-estar social e sem bem-estar social não faz sentido falar de segurança.

Ao fazer referência à condição dos pequenos estados ressaltou a pretensão

destes em merecerem igual tratamento no concerto das nações embora sejam, em regra, mantidos na periferia do sistema.

“Segurança e Defesa - O Papel dos Serviços de Informações” foi o assunto proposto pelo Dr. Jorge Silva Carvalho.

Nesta comunicação foi posta a tónica no facto dos serviços de informações se assumirem, de novo, como o instrumento privilegiado dos estados democráticos de direito para enfrentar as ameaças que se lhes deparam, consequência do momento de particular crise que se vive em matéria de segurança nacional e internacional que veio contribuir de forma decisiva para a recuperação dos serviços de informações, aos olhos dos decisores políticos.

Mais adiante, e caracterizando a maioria dos fenómenos que podem afectar a Segurança Interna, referiu serem estes cada vez mais de cariz transnacional ou internacional e que mesmo as actividades levadas a cabo por grupos criminosos altamente organizados, em territórios nacionais, têm cada vez mais a sua origem, motivação e estrutura organizativa, nomeadamente a sua direcção, no exterior. Essas actividades caracterizam-se, aliás, por um elevado grau de flexibilidade e mobilidade.

Os serviços de informações constituem, actualmente, a primeira linha da defesa e segurança, sendo essa realidade bastante mais evidente para os pequenos países como Portugal e particularmente Cabo Verde.

O Dr. António Inácio, na sua comunicação, pôs o enfoque na importância que a Investigação Criminal passou a ter após os acontecimentos do 11 de Setembro em Nova Iorque, na medida em que não se pode falar em ameaças difusas sem considerar a criminalidade organizada.

Ao considerar a posição estratégica de Cabo Verde, realçou o facto de esta ser um espaço que se pode revelar apetecível para a circulação de terroristas e que essa mesma posição e localização geoestratégica são condições que lhe permitem vir a desempenhar no futuro um importantíssimo papel na defesa e segurança do Atlântico.

Seguiu-se a intervenção do Superintendente Francisco Santos que colocou a tónica na necessidade de estabilidade para todas as sociedades em geral e para o Estado em particular.

A comunicação abordou sobretudo a reposição da ordem pública, que exige que o Estado tenha sob o seu comando, meios e mecanismos que o possibilitem de restaurar a ordem interrompida.

Para que da resolução de um conflito não nasça outro ainda mais grave, as forças de segurança devem possuir uma série de directrizes teóricas que devem cumprir e que antes de agir devem avaliar a situação e agir de forma proporcional.

Os governos dos Estados não podem nem devem temer recorrer aos vários meios e mecanismos legais existentes para sanarem os focos negativos que possam existir.

A ideia que todo e qualquer Estado Democrático deve interiorizar é que o uso da força, de forma legítima, equilibrada e legal, apenas pode e deve servir para reforçar esse mesmo Estado e essa mesma democracia, logo o progresso.

No painel, subordinado ao tema “A CPLP e os novos desafios”, poder-se-á

inferir, tal como referiu o Dr. José Eduardo Barbosa que a globalização expõe sobretudo os Estados mais pobres, pequenos e vulneráveis, às chamadas questões globais como as ameaças do terrorismo e do crime transnacional organizado, as epidemias como a Malária ou o HIV-SIDA, a degradação do meio ambiente, o aumento da pobreza, que contribuíram para aumentar o interesse e a coesão entre os países da CPLP tanto no que respeita à sua contribuição no seio da comunidade internacional para a solução desses problemas, como à promoção do seu desenvolvimento.

De entre as realizações com génese no seio da CPLP, o orador destacou a promoção da língua portuguesa e da cultura dos povos, levada a cabo pelos diversos países nas suas regiões e instituições regionais respectivas e bem assim pelas diásporas, o que contribuiu para que o português aumentasse o leque de organismos em que é considerado língua oficial, como a União Europeia, a CEDEAO, a União Africana, a UNESCO e a OMPI.

Foi ainda defendido que, ultrapassada a fase inicial da vida da CPLP importa ir além da simples defesa e promoção do património histórico-cultural comum e da língua que, construído ao longo de séculos, deve ser utilizado como uma poderosa alavanca do desenvolvimento dos países membros em prol do progresso e do bem-estar dos seus povos, condição para que a comunidade atinja os seus fins.

Realçando o papel que a CPLP deve ter antes de mais numa comunidade de povos, em que os cidadãos dos seus países membros, não obstante partilharem muitos valores comuns e se encontrarem unidos por fortes laços, devem usufruir gradualmente de um conjunto de direitos e regalias capazes de lhes garantir, no espaço formado pelos mesmos, de um estatuto dos cidadãos dos países da CPLP, no mínimo, potenciador de um tratamento mais favorável do que o dos estrangeiros em geral, e que se traduza num estatuto específico em cada um dos Estados que a integram.

A CPLP deve transformar-se cada dia mais num instrumento privilegiado de uma forte e dinâmica integração dos países membros na economia globalizada, capaz de conferir aos mesmos, vantagens competitivas em todos os planos, e de os resguardar face aos perigos e riscos associados ao processo da globalização.

Isto depende, fundamentalmente, daquilo que efectivamente pretendam os seus Estados membros, da vontade política dos nossos governantes, mas principalmente do interesse e engajamento que esse projecto poderá suscitar no seio da sociedade civil e de cada indivíduo nos países membros.

A paz, a democracia e a boa governação são, segundo o Dr. Barbosa, condições básicas para o desenvolvimento.

E que a solidariedade e a cooperação devam continuar a prevalecer e a ser continuamente aprofundadas no seio da Comunidade, que, além do mais, deve procurar projectar-se na cena internacional, através da adopção de posições políticas comuns e trabalhar concertadamente, com vista à mobilização de financiamento internacional adequado para projectos de interesse comum elaborados pela CPLP.

Pelo Dr. Amante da Rosa, foi apresentado um historial da política externa de cabo-verdiana, tendo sido salientadas as fases mais significativas da evolução desta política.

Como marco mais significativo foi realçado o papel externo de Cabo Verde nos conflitos mais recentes na Guiné-Bissau e São Tomé.

Foi feita uma abordagem das dificuldades e potencialidades que a situação da CDO pode trazer aos países membros.

Foi ainda referido o papel de Cabo Verde no Conselho de Segurança da ONU.

O Dr. Daniel Pereira apresentou uma brilhante comunicação sobre a identidade nacional de Cabo Verde, descrevendo sucintamente os marcos históricos mais relevantes da Nação Cabo-Verdiana, muito diferentes dos outros países africanos.

Cabo Verde transformou-se numa Nação antes de ser Estado, o que é caso muito raro, senão único, em África; realidade de relevância transcendente e muito particular já que, pensar um país em que o seu substrato populacional se revê num projecto nacional que é de todos, porque pertencente a um mesmo substrato cultural, constitui em si mesmo uma mais valia de grande peso, e por isso mesmo, de capital importância.

Defendeu também que o controlo das águas territoriais ou da Zona Económica Exclusiva, para além de significar a protecção dos recursos económicos do país, assim como agir contra actos de pirataria perpetrados contra o património arqueológico subaquático, que povoa os mares cabo-verdeanos, não pode apenas ser considerado um simples acto de soberania, mas antes uma acção de carácter cultural, em defesa da cultura lato senso, alicerce da identidade da Nação, reivindicado pelo Estado como seu principal esteio e razão de ser.

Realçou ainda o facto da diferença que marca o homem do passado e o do presente, tendo em consideração a construção da Nação Caboverdeana, é que hoje, ele tem a consciência de que está a fazer história.

Para o Dr. João Domingues, a língua portuguesa é indiscutivelmente importante e suficientemente viva para que a sua cotação não seja descurada como apreciável veículo cultural e político que se estima para quase 260 milhões de falantes dentro de uma dúzia de anos.

Considerando três vertentes indissociáveis que determinam a expansão e a afirmação da língua portuguesa no espaço físico que se quer coincidente com o dos países que lhe dão guarida (ou até mesmo extravasando-o): a vertente económica, a vertente cultural e a vertente política.

E afirmou quão importante pode ser o desenvolvimento dos aspectos que cada uma destas três vertentes representa para que a vitalidade da língua portuguesa não esmoreça, contribuindo, pelo contrário, para o bem-estar e a riqueza dos oito países que actualmente compõem a CPLP.

Factores geográficos, mas sobretudo macroeconómicos e demográficos, quando devidamente apoiados por políticas concertadas no seio de comunidades linguísticas como a CPLP, a *Commonwealth* ou a Comunidade Francófona, podem revelar-se extremamente importantes para a vitalidade linguística, cultural e económica.

Por último, posicionou a importância que as novas comunidades linguísticas ocupam no seio da inevitável globalização.

Entre extremismos favoráveis ou diametralmente opostos aos movimentos de globalização, a CPLP, enquanto comunidade equidistante de, por um lado, o

Estado e, por outro lado, da normalização cultural, económica e social (as duas faces da mesma moeda) tem o papel de mediador e fórum de concertação política e preservação de um dos últimos redutos da soberania dos Estados: a especificidade cultural.

No que concerne ao Painel subordinado ao tema: "A Economia de Cabo Verde: Opções Estratégicas de Desenvolvimento", não o iremos agora aqui tratar, uma vez que tal acabou de ser desenvolvido pelo moderador deste painel.

Esperando que este Colóquio sobre Temas de Defesa e Segurança, que foi uma organização conjunta do Ministério da Defesa de Cabo Verde e dos Auditores de Defesa Nacional de Portugal, do Curso de 2003, possa, de algum modo, contribuir para a elaboração de propostas, que ora estão a ser estudadas e aprofundadas, e que dizem respeito à definição do conceito estratégico de defesa e segurança nacional, matéria que deverá ser apresentada brevemente ao Conselho de Ministros de Cabo Verde, para apreciação, tomada de posição, e debate que deverá ser alargado a todas as forças políticas e sociais de modo a facilitar uma posição mais consensual possível ao nível dos órgãos de soberania, das demais Instituições da República e da sociedade cabo-verdiana.

Com este espírito e com a convicção de que os resultados deste Colóquio possam acelerar e facilitar a deslocação do centro do debate para a sociedade civil cabo-verdiana, criando condições para a preparação dos documentos que deverão ser posteriormente apresentados ao Governo e ao Parlamento para aprovação, colocando estes "Dez grãosinhos de terra que Deus espalhou no mar", na posição geoestratégica que justifica a possibilidade de se afirmar como a plataforma de interrelação, por excelência, não só entre o Atlântico Norte e o Atlântico Sul na sua globalidade mas, também, entre a Europa e os Estados Unidos da América, por um lado, e África e a América do Sul, por outro.

Citando Fernando Pessoa:

"Deus quer,
O homem sonha,
A obra nasce."

Este foi o nosso desiderato.

Obrigado.